

ILMO. SR. PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, RESPONSÁVEIS PELA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2026, PROMOVIDA PELA EMPRESA MARANHÃO PARCERIAS – MAPA

**VAGNER DA SILVA CAMARGO** (“**Impugnante**” ou “**Vagner**”), brasileiro, contador, casado, inscrito no CPF sob o nº 105.775.457-95, residente e domiciliado na Av. Maracanã nº 1.323, Rio de Janeiro – RJ, CEP.: 20.511-000, vem, respeitosamente, perante essa Exma. Autoridade Máxima e Ilustre Pregoeiro, apresentar **impugnação** ao edital do certame, pelos seguintes fatos e fundamentos de direito:

#### **TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO**

1. Conforme previsto no item 4.1 do Edital, *“qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos ao Edital de licitação, por irregularidade, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação”*.
2. É, portanto, indiscutível o cabimento da presente impugnação, apresentada por parte legítima e no prazo indicado no Edital.

#### **OBJETO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO**

3. Em poucas palavras, o objeto da presente impugnação se resume à necessidade de dilação dos prazos de 15 (quinze) dias previstos no edital para *“conclusão da instalação e customização do software nos equipamentos a ela indicados pela CONTRATANTE”* e *“concluir o treinamento de pessoal, quando for o caso, para operacionalizar o sistema”*, **perfazendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega completa do objeto contratado** — podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a critério da Contratante.
4. Entretanto, trata-se de **prazo exíguo** para cumprimento do objeto da contratação, o que afronta diversos princípios da contratação pública, entre eles a ampla competitividade e a isonomia, colocando em risco ainda a qualidade do serviço a ser prestado à Administração Pública, pois o prazo concedido não condiz com a complexidade e a importância do objeto licitado.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA**

5. O objeto *“contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, controle eletrônico de frequência, contábil, fiscal, e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias”*. Veja-se:

## 1. DO OBJETO

1.1 Contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, Controle eletrônico de frequência, contábil, fiscal e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias.

6. Conforme já adiantado, o Edital ainda previu prazos de 15 (quinze) dias previstos no edital para *“conclusão da instalação e customização do software nos equipamentos a ela indicados pela CONTRATANTE”* e *“concluir o treinamento de pessoal, quando for o caso, para operacionalizar o sistema”*, **perfazendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega completa do objeto contratado** — podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a critério da Contratante. Veja-se:

b) Após a expedição da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias corridos para conclusão da instalação e customização do software nos equipamentos a ela indicados pela CONTRATANTE e mais 15 (quinze) dias para concluir o treinamento de pessoal, quando for o caso, para operacionalizar o sistema, perfazendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega completa do objeto contratado, podendo ser prorrogado por mais 15 dias, a critério da CONTRATANTE;

7. Entretanto, tais prazos são inexecutável e não condizem com a complexidade e importância do objeto da licitação. Um ERP, sigla para *Enterprise Resource Planning*, é um sistema de gestão de dados empresariais, que envolve inúmeras funcionalidades e diferentes módulos, com o objetivo de centralizar em um único *software* a administração de determinada estrutura produtiva.

8. Vale ressaltar que mesmo a solicitação sendo de 30 acessos simultâneos, o treinamento ocorrerá para todos os usuários conforme resposta da MAPA para um licitante.

9. Além do risco de se realizar uma implantação sem o cuidado e atenção necessários, o que pode interferir na plena utilização do sistema por parte da Administração Pública e causar danos ao erário, o prazo concedido viola os princípios da ampla competitividade e da isonomia.

10. Portanto, é de rigor que os prazos indicados acima sejam dilatados para, 30 (trinta) dias de implantação e customização e no mínimo 120 (cento e vinte) dias para treinamento e parametrização, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias a exclusivo critério da contratante.

11. Conforme estudo realizado pela empresa Gartner para projetos de médio porte o prazo realista para um “roll-out” completo de módulos cruciais de um ERP (finanças, Rh e Orçamento) gira em torno de 18 a 24 meses, conforme o link abaixo.

12. [Gartner](#)

**VIOLAÇÃO DE PRECEITOS BÁSICOS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS:  
PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE, ISONOMIA E RAZOABILIDADE IGNORADOS**

— **Princípio da razoabilidade**

13. Nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, dentro outros, os princípios da **razoabilidade**, do planejamento e da eficiência. Em um caso específico de um ERP, somente a implantação do sistema envolve as seguintes etapas:

- i. Levantamento detalhado de requisitos;
- ii. Mapeamento e revisão de processos internos;
- iii. Parametrização;
- iv. Customizações;
- v. Integração com sistemas legados;
- vi. Migração de dados;
- vii. Testes;
- viii. Homologação; e
- ix. Treinamento.

14. Trata-se, portanto, de projeto tecnológico de natureza complexa, cuja execução segura e adequada em favor da Administração Pública não se compatibiliza com o prazo total previsto no Edital, sob pena de comprometimento da qualidade técnica do sistema, supressão de etapas essenciais, risco operacional e possível fragilidade na segurança da informação.

15. Revelando-se o prazo absolutamente desproporcional e irrazoável, dissociado da realidade técnica do mercado, há risco de deficiência na fase interna de planejamento contratação, o que pode acarretar prejuízos maiores ao Poder Público posteriormente.

16. Além disso, o objetivo da licitação não pode ser simplesmente contratar uma empresa no menor tempo possível, mas selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, devendo ser considerado ainda o pleno funcionamento do sistema objeto da contratação.

17. A fixação de prazo tecnicamente inexecutável pode estimular planejamentos superficiais, elevar o risco de implantação inadequada e aumentar a probabilidade de falhas na fase pós-implantação, o que demanda, sem qualquer dúvida, a dilação dos prazos indicados.

— **Princípio da ampla competitividade e isonomia**

18. Ao impor prazo incompatível com projetos dessa natureza, o edital acaba favorecendo soluções simplificar ou até mesmo pré-configuradas e incentiva propostas menos estruturadas, afastando empresas que atuam com padrões técnicos mais rigorosos e reduzindo a possibilidade de se obter a proposta mais vantajosa. O resultado prático é a restrição do universo de competidores, contrariando, por óbvio, o princípio da **ampla competitividade** que deve reger as contratações públicas.

19. Não por outro motivo, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU é no sentido de que prazos exíguos em um processo licitatório comprometem a competitividade e colocam em xeque a qualidade do serviço a ser prestado à Administração Pública.

20. No Acórdão nº 186/2010 – Plenário do TCU, a respeito, o Tribunal se posicionou no sentido de aplicar multa aos responsáveis pelo certame, em razão da manutenção de prazos exíguos mesmo após esclarecimentos e impugnações por parte dos licitantes, no sentido de que tais prazos comprometeriam a competitividade do processo. Veja-se:

**“Conforme consignado no Relatório precedente, os Srs. Fernando Robério Borges Garcia e Tulio Neiva Rizzo não apresentaram justificativa razoável para a fixação do exíguo prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato para início da operação comercial da Etapa I (20 MW), apesar de tal prazo ser insuficiente para as providências pertinentes à importação dos equipamentos necessários à execução do contrato, conforme apontado nos autos. Essa exigência restritiva na Concorrência CC-CO-20.583/99 implicou o privilégio àquelas empresas que dispunham dos equipamentos previamente, em prejuízo à ampla competição do certame.**

Verifica-se, nos autos, que 21 (vinte e uma) empresas interessadas retiraram o edital da licitação. No entanto, apenas 3 (três) empresas participaram do certame, sendo que somente duas foram habilitadas à fase de proposta de preço. **Observa-se, pois, um reduzido número de licitantes em relação ao universo de potenciais competidores, reforçando-se a convicção sobre a ocorrência de restrição à competição na Concorrência promovida pela Eletronorte.**

Ante o exposto, em linha de concordância com a proposta da Unidade Técnica, **devem ser rejeitadas as razões de justificativa oferecidas pelos Srs. Fernando Robério Borges Garcia e Tulio Neiva Rizzo**

**quanto a esse ponto, aplicando-se, com fundamento no art. 58, II, da Lei 8.443/92, multa aos responsáveis por infração ao art. 3º, inciso I, da Lei 8.666/93.”**

(TCU, Processo nº 018.791/2005-4, Acórdão nº 186/2010 – Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, 10/02/2010)

21. Portanto, alinhando-se ao entendimento já manifestado pelo TCU a respeito de prazos exíguos que comprometem a ampla competitividade do certame, bem como a plena execução do objeto contratado em favor da Administração Pública, revela-se imprescindível dilatar os prazos indicados acima, quanto à implantação e ao treinamento referentes ao sistema.

### **CONCLUSÃO E PEDIDOS**

22. Por todo o exposto, o Impugnante confia em que a presente impugnação será conhecida e provida, retificando-se o edital para ampliação do prazo de implantação, customização e treinamento, adequando-o à complexidade técnica do objeto, para, no mínimo, 30 (trinta) dias de implantação e customização e no mínimo 120 (cento e vinte) dias para treinamento e parametrização, sendo prorrogável por mais 30 (trinta) dias a exclusivo critério da Contratante.

23. Requer-se ainda a republicação do instrumento convocatório, com reabertura de prazo para apresentação de propostas, nos termos da legislação aplicável.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2026

**VAGNER DA SILVA CAMARGO**